

Paulo Rogério de Freitas Silva

A geração de cidades nas Alagoas

da complexidade genética às emancipações políticas

Resumo

Destacamos inicialmente que o aspecto que estimula a elaboração deste texto se refere à origem dos núcleos urbanos, isto é, à gênese de núcleos embrionários, que, dependendo do determinante que processe essa constituição e que intervenha em seu íntimo, possa ou não torná-los povoados, vilas e até cidades, pois não são todos esses núcleos embrionários que instituem a essência urbana. Esse é um tema caro para a geografia, pois se distingue da questão que reflete emancipação política municipal e que invariavelmente é acometido de equívoco teórico-metodológico. Tal equívoco é expresso na ideia de que as cidades surgiriam automaticamente, a partir de suas emancipações políticas, como sedes municipais, obtendo instantaneamente a condição de cidade, o que não é legítimo. Os núcleos surgem com uma perspectiva de serem acometidos por uma letargia, ou por uma impulsão pela modernidade, isto é, impulso do urbano como modo de vida e conseqüentemente de expansão do seu espaço. E são os acometimentos apropriados através da história que lhes possibilitarão a probabilidade de emancipação política municipal ou não. E é esse o enredo que incentiva pensar e entender os núcleos, que surgem e têm o seu próprio percurso estabelecido, tais como os alagoanos, localizados no Nordeste brasileiro, que pioneiramente, a partir de polos de colonização, alcançam a condição de vilas, cidades e de capital, seguindo a influência de determinantes espontâneos e induzidos. Buscamos, assim, narrar a gênese e a dinâmica, culminando nas mutações que acometeram esses núcleos, provenientes de influências espontâneas e induzidas, que controlaram sua formação e organização interna.

Emancipação

Espontâneo

Gênese

Induzido

Lugares

Abstract

The aspect that stimulates the production of this text refers to the origin of the places, that is, the genesis, which, depending on the determinant that processes this constitution and that intervenes, may or may not make them, villages, towns and cities. This is a theme dear to the geography, because it distinguishes the question that makes the judgment about municipal political emancipation and that is invariably, a theoretical and methodological mistake when you refer to places, certify as if these have arisen automatically from their political emancipation, which is not legitimate. The places come with a prospect of be stricken by a lethargy, or a push by modernity. And the affections are appropriate that will allow them the probability of municipal political emancipation or not. This is the plot that encourages the thinking and understanding of places that arise and have their own established route, such as the places of Alagoas, located in the Brazilian Northeast, which, from colonization poles, reach the condition, towns, cities and capital, following the influence of spontaneous and induced determinants. We thus seek to narrate its genesis and its dynamics, culminating in the mutations that took place there, coming from spontaneous and induced influences that controlled its formation and internal organization.

Emancipation

Spontaneous

Genesis

Induced

Places

APONTAMENTOS INICIAIS

Os núcleos urbanos, independentes de sua localização geográfica, têm suas gêneses definidas por processos determinantes espontâneos ou induzidos, sendo estes os mais variados possíveis. Amparados em Corrêa (2001, p. 96), que se refere a esse processo como de criação de núcleos, destacamos que:

A criação de núcleos ou o desenvolvimento de funções urbanas junto a uma atividade econômica foi regra geral na gênese da rede urbana brasileira: junto a uma sede de engenho de açúcar, de um seringal, de uma mina ou garimpo, de uma capela em fazenda, de uma fábrica têxtil, a uma pousada de tropas de burros ou no entroncamento de tropas de comércio. Os exemplos são numerosos e revelados pela toponímia urbana.

Por outro lado, a condição que esses núcleos urbanos alcançam depende de impulsos que os acometam ao longo da sua história, proporcionando uma dinâmica de fortalecimento e concepção do núcleo embrionário que poderá obter um avanço, amparados pelos artificios de cada período ou permanecer num letargo perene. O que destacamos é que os núcleos urbanos surgem influenciados por fatores que deliberam a sua gênese, mas que calham de serem influenciados pelos mesmos processos ou por outros que definem o seu percurso na conjuntura econômica e política da época. Assim, nem todo núcleo se dinamiza e se estrutura, formalizando uma condição definida como de vila ou cidade.

Nessa perspectiva, os processos determinantes espontâneos conduzem à formação de núcleos urbanos que surgem naturalmente, acomodados à sua localização geográfica; os processos determinantes indutores moldam esses núcleos urbanos para que se fixem adequadamente ao espaço idealizado. Da mesma forma, é salutar demonstrar que os determinantes espontâneos e induzidos podem se processar de forma congregada, provocando uma junção dos dois processos decisivos que incidem na dinâmica do núcleo.

Essa congregação dos dois processos determinantes, isto é, o espontâneo e o induzido, pode levar à incorporação de um núcleo embrionário pré-existente por um projeto novo de cidade, podendo possivelmente ser gerido através do planejamento, dentro de um contexto político, econômico, social, natural, entre outros. E essa aliança formaliza os elementos que fundamentarão a construção da cidade, como elemento concentrador da sociedade que a habita.

Nessa conjuntura, o nosso objeto de estudo, que são as cidades do estado de Alagoas, pode ser inse-

rido nessa lógica, pois os núcleos embrionários pré-existent, que foram implantados, induzidos, como polos de colonização pioneiros, foram incorporados e incorporaram os “novos” e os “velhos” núcleos alagoanos brotados espontaneamente, a partir de uma série de intervenções através do tempo, inclusive influenciando na formação, organização e definição da capital estadual, visto que o sítio pioneiro desse núcleo apresentava condições de escoamento de uma produção que dita(va) a economia local.

Dessa forma, a dinâmica da complexidade genética, no que se refere à formação dos atuais 102 municípios alagoanos, cruza cinco séculos de história amparada numa série de influências econômicas, sociais e políticas, que procuraremos apreender a partir de uma realidade presente, quando o estado concentra cidades que brotaram entre os séculos XVI e XX, bem como as emancipações políticas ocorridas ao longo dos mesmos séculos, com distinções que serão expostas ao longo do texto.

Assinalamos que para atingirmos êxito nessa discussão, partimos da ideia de complexidade genética, baseados em Corrêa (2001, p. 95). Nos termos do autor:

A rede urbana brasileira é constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos. Coexistem no mesmo espaço cidades criadas na primeira metade do século XVI, no início da colonização, e cidades nascidas na década de 1980, enquanto outras mais são criadas no início do século XXI, na ainda não esgotada “fronteira do capital”, a Amazônia.

Além disso, Corrêa (2001, p. 96) destaca que “a complexidade traduz-se também pela diferenciação entre os centros urbanos no que se refere aos agentes e propósitos imediatos da criação”.

Também, sobre a criação de cidades, nos amparamos em Beaujeu-Garnier (1997, p. 73), quando ela assinala que:

[...] o nascimento das cidades corresponde a três motivos possíveis: econômicos, políticos, defensivos, podendo estes últimos ser considerados como um subaspecto dos políticos. Assim, cada cidade encontra-se marcada, desde a sua origem – e por vezes de maneira indelével –, pela escolha inicial.

Esses vetores determinantes resultam do tempo histórico e produzem um arranjo territorial, adquirindo uma feição e formalizando uma hierarquização entre os centros urbanos existentes a partir da realidade imposta, como no contexto alagoano, quando

esses três motivos ressaltados por Beaujeu-Garnier (1997) encontram-se claramente delimitados na realidade local, integrando-se ao momento histórico que, por sua vez, pode ser um determinante econômico, tal como a produção de açúcar, ou político e defensivos, a exemplo dos pioneiros polos de colonização e da expansão ocorrida para o interior margeando os rios, com destaque para o São Francisco.

Assim, a ideia de surgimento se compromete com formação, origem e constituição, sendo essas condições o princípio da consolidação do urbano como lugar de concentração da população, após esta ter permanecido nas aldeias, nas fazendas e nos povoados.

Santos (2005, p. 22) se refere a esse tema como de geração de cidades, quando faz referência ao processo pretérito de criação urbana no Brasil, e que se diferenciava de urbanização, pois essa origem estava subordinada a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Inclusive, para Santos (2005, p. 19), “no começo as cidades eram bem mais que uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”.

Freyre (2006, p. 36) exalta que

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião.

O mesmo autor completa que, “a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro” (FREIRE, 2006, p. 36).

Santos e Silveira (2008, p. 31), ao se remeterem a esse tema, destacam que, no Brasil, “relacionadas com as demandas do exterior, formaram-se zonas econômicas e criaram-se famílias e gerações de cidades [...]. Os autores se remetem a essa discussão pautando que: “Em um primeiro momento, as aglomerações resultaram da instalação de serviços de governo, começando pela fiscalização das atividades rentáveis tanto na agricultura como na mineração.”

Exalto que, quando nos referimos aos fatores determinantes para a constituição dos lugares e intervenções nos mesmos, novamente nos reportamos a Santos (1989, p. 29), quando o referido autor analisa e propõe os fatores determinantes do crescimento urbano no Brasil, analisando os motivadores para o crescimento ou não de pequenas cidades, associando os fatores a alguns determinantes tais como a mineração na Bahia entre as décadas de 1950 e 1960.

Em seguida, estabelecendo um diálogo do tema

gênese urbana com o tema emancipação política, apontamos, baseados em Soares (2006, p. 78), que

No Brasil, o município é a menor unidade territorial com governo próprio, formado pelo distrito-sede, onde está localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município, e que corresponde à zona urbana municipal, e também pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila.

É importante ainda destacar que a emancipação político-administrativa de municípios no Brasil é, de acordo com a Constituição de 1988, de competência dos governos estaduais de cada estado brasileiro, que possuem sua própria lei estadual que regulamenta a questão. O estado tem autonomia para definir critérios básicos para criar um novo município.

Porém, baseados em Ribeiro (2004, p. 293), destacamos que “[...] embora tenha se atribuído aos estados a competência para decidir sobre a criação de municípios, não foram regulamentados os critérios para a constituição de novas localidades”.

Destacamos, ainda, segundo Ribeiro (2004, p. 294) que

Diante do processo de proliferação de municípios, a União tomou para si novamente essa atribuição em 1996, por meio da Emenda Constitucional número 15, modificando o artigo 18 da Constituição Federal.

Dessa forma, a partir dessas reflexões, sugerimos que gênese e emancipação política municipal são processos que formalizam a incubação de um núcleo urbano para a condição formal de uma cidade, o que instiga um debate importante para entendermos a configuração urbano-regional de Alagoas, destacando os processos determinantes para essa gênese, para o acometimento de letargia e/ou impulso e as emancipações políticas municipais.

Justificamos inicialmente que um aspecto que estimulou a elaboração deste texto se refere às questões que envolvem o equívoco teórico-metodológico sobre como ponderar a origem dos núcleos urbanos, ou a criação urbana, nas palavras de Santos (2005, p. 22), quando este autor se refere às primeiras “cidades” brasileiras e à discussão que envolve emancipação política municipal no Brasil. Estes dois temas são invariavelmente acometidos de equívocos teóricos e metodológicos, como se as cidades, que na perspec-

tiva do IBGE (2010) são sedes municipais, tenham surgido e obtido instantaneamente essa condição.

Reafirmamos que, dependendo dos fatores determinantes que processem essa origem ou criação urbana e que intervenham no íntimo desse núcleo, este poderá ou não se tornar povoado, vila e até cidade, pois não são todos os núcleos embrionários que instituem a essência urbana ou que produzem um espaço urbano, que aqui é empregado a partir do ponto de vista de Corrêa (1989, p. 11), de que o mesmo é resultante de ações acumuladas através do tempo.

Lançamos a proposta de que os lugares surgem ou são criados numa perspectiva de serem acometidos de uma letargia ou de uma impulsão, e isto não tem como se antecipar, pois os acometimentos apropriados, através da história, é que lhes possibilitarão a probabilidade de emancipação política municipal ou não. É esse o enredo que incentiva pensar e entender os lugares, que surgem e/ou são criados e que têm o seu próprio percurso estabelecido, tais como os lugares e as atuais sedes dos municípios alagoanos, seguindo a influência de processos determinantes espontâneos e induzidos.

Nessa expectativa, temos exemplos precisos dessa condição em Alagoas. Os polos de colonização pioneiros responsáveis pela formação do urbano em Alagoas remontam aos séculos XVI e XVII. Segundo Lindoso (2000), são eles: Penedo em 1570, Porto Calvo em 1590 e Santa Luzia do Norte em 1608; Alagoas em 1611, hoje Marechal Deodoro. Esse fenômeno proporcionou particularidades no processo de surgimento e urbanização regional. Particularidades essas originadas de um conjunto específico de fatores econômicos e políticos na história local da época, como parte do território pernambucano. Estes lugares ao longo de seu movimento foram acometidos de impulsão e também de repulsão, sendo na atualidade sedes municipais ou cidades, mas também perderam condições precursoras, a exemplo da condição de capital da atual Marechal Deodoro, assim como outros pequenos núcleos embrionários pré-existentes, de impulsos iniciais, se tornaram letárgicos na atualidade.

Baseados em Brandão (2004), observamos que há uma imprecisão sobre a data de surgimento do primeiro estabelecimento fundado no território alagoano: no que diz respeito a Penedo, Dr. Thomaz do Bonfim Espíndola afirma que foi entre 1522 e 1535; já para Dr. Diégues Junior foi 1558. Em seguida, Brandão narra que aproximadamente em 1575 foram lançados os fundamentos de Porto Calvo, e ao expirar do século XVI ou nos primórdios do XVII, começou-se a erigir a povoação de Madalena de Subaúma, cidade das Alagoas, atual Marechal Deodoro. O autor, em seguida, afirma que, em 23 de abril de

1636, Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo foram elevadas à categoria de vilas, a segunda com o nome de Magdalena e a terceira com o de São Francisco.

Atestamos que essas noções corroboram com a discussão que congrega gênese e emancipação política municipal, destacando que, ao mencionarmos a emancipação política nesse período, estamos nos referindo à condição de vila como sede municipal, pois no Brasil colonial e imperial as vilas podiam também ser sedes de municípios. Foi a partir do Decreto-lei nº 311 de 02 de março de 1937 que se determina que a sede do município tem categoria de cidade e lhe dá o nome. Há de se considerar também o uso do termo “município” em alguns documentos, mas, em alguns casos, o termo empregado pode ser “freguesia”, “comarca” etc.

Perante o que foi exposto, as datas que determinam a concepção dos núcleos pioneiros da atual Alagoas, tanto no que se refere aos polos de colonização induzidos ou espontâneos, como à organização político-administrativa dos mesmos, variam entre algumas referências, tal como na Enciclopédia Municípios de Alagoas (2012).

Por exemplo, Carvalho (2015) atribui a gênese de Penedo ao ano de 1560; Lindoso (2000) se refere ao ano de 1570; e Brandão (2004), às datas de 1522, 1535 ou 1558, segundo alguns autores por ele citados. No que se refere a Porto Calvo, Carvalho (2015) afirma que sua gênese foi o ano de 1590; Lindoso (2000) se refere também ao ano de 1590; e Brandão (2004) ao ano de 1575. Com relação à atual cidade de Marechal Deodoro, Carvalho (2015), referindo-se ao lugar Alagoas, destaca que o mesmo surgiu em 1591-1611; Lindoso (2000) afirma que a gênese desse lugar se deu no ano de 1611; e Brandão (2004), como se o mesmo tivesse surgido no expirar do século XVI e primórdios do século XVII. Com relação à Santa Luzia do Norte, Carvalho (2015) cita que sua gênese ocorreu em 1591, e Lindoso (2000), no ano de 1608.

No que se refere a Maceió, a data de sua gênese oficial, segundo Carvalho (2015, p. 184), está condicionada a um documento de escritura de doação de uma sesmaria de Gabriel Soares da Cunha, então alcaide-mor de Santa Maria Madalena do ano de 1611, para Manoel Antônio Duro, que possuía uma casa na área que hoje é o bairro da Pajuçara e nela residia desde o ano de 1609. Ainda conforme Carvalho (2015, p. 185), o primeiro núcleo de colonização da capital surgiu em 1708, através da implantação do Engenho Massayó. No ano de 1815, Maceió é alçada à condição de vila; em 1818, à condição de freguesia; em 1833, torna-se sede de comarca independente; e, em 1839, cidade e capital da província de Alagoas.

Destacamos que alguns desses lugares pioneiros

das Alagoas foram acometidos de impulsão, que aqui consideramos como proporcionadora de formação de um núcleo embrionário pré-existente, isto é, de um arruamento que se transformou em povoado, freguesia, vila e cidade, capital e até núcleo de região metropolitana na atualidade, isto é, conforme propõe Santos (2005, p. 22), experimentou um avultamento, quando o autor se refere às cidades do período colonial, que cresceram e se tornaram centro de destaque no cenário da época. Alguns outros lugares permaneceram como simples arruamentos ou como pequenas vilas ou cidades letárgicas.

Nessa perspectiva, a fim de entender a configuração urbano-regional de Alagoas, questionamos como se processou, ao longo dos cinco séculos de ocupação efetiva do Brasil, a origem dos núcleos urbanos em Alagoas e como ocorreram as emancipações políticas dos municípios alagoanos.

A ORIGEM DOS NÚCLEOS URBANOS ALAGOANOS

Atestamos que, no decorrer dos séculos XVI e XVII, doze núcleos urbanos surgiram na área que atualmente o IBGE (2010) define como mesorregião Leste Alagoano e apenas um brotou na mesorregião do Sertão Alagoano.

Fazendo uma relação com Reis Filho (1968, p. 86), constatamos que este pontua, ao elencar as datas de fundação de vilas e cidades no Brasil, que Bom Sucesso do Porto Calvo, Penedo do Rio de São Francisco e Santa Maria Madalena de Alagoa do Sul datam de 1636, destacando que até meados do século XVII, Portugal aplica no Brasil uma política urbanizadora que consistia em estimular a formação de vilas nos territórios pertencentes aos donatários “com função de centros de controle regional”.

Santos e Silveira (2008) ressaltam que “a cultura da cana-de-açúcar, baseada no desmatamento da floresta, ajuda a fundar uma série de pequenos centros na Zona da Mata Nordestina e no Recôncavo Baiano”. Os autores se remetem aos engenhos como “manifestação precoce da mecanização”. Em outra perspectiva, Andrade (1995), se referindo ao Nordeste semiárido, destaca que se formou uma sociedade pecuarista dominada por grandes latifúndios, cujos detentores quase sempre viviam em Olinda ou Salvador.

Essas argumentações elucidam o quantitativo de núcleos urbanos brotados em Alagoas, tanto no que se referem aos que surgiram no Leste Alagoano, área de produção açucareira, como ao Pão de Açúcar, o único que surgiu na área do atual Sertão Alagoano.

Para Carvalho (2015, p. 12), os dois principais elementos produtivos desse período foram instalados como estruturadores da colônia, assim se referindo: os primeiros engenhos de açúcar, todos localizados na faixa litorânea; e o rebanho bovino, formador das fazendas de gado que ocuparam o interior.

Carvalho (2015, p. 12) destaca que:

Na segunda metade do século XVI, com os índios derrotados e afastados do litoral, puderam os portugueses descer até a foz do rio São Francisco, e, mais tarde, fundar os três primeiros núcleos urbanos de Alagoas – Porto Calvo, Alagoas do Sul (atual cidade de Marechal Deodoro) e Penedo.

Podemos ainda destacar, baseados em Carvalho (2015, p. 13), que

Na parte norte, os engenhos vão se estabelecendo próximos aos rios que desembocam no litoral. Ao lado da cana, a pecuária espalhava-se pelos vales dos rios litorâneos da zona da mata, avançando, depois, pelas margens do São Francisco. Na parte sul, a principal atividade econômica foi a criação de animais, seguida da produção de farinha de mandioca e outros produtos alimentícios, destinados a abastecer o maior núcleo urbano da capitania e os engenhos, localizados em torno de Olinda e Recife.

Essas argumentações explicam o processo de formação territorial das Alagoas, estabelecendo um diálogo entre a formação de doze lugares no Leste Alagoano e a gênese de Pão de Açúcar nas margens do rio São Francisco.

Com relação à gênese no século XVIII, cinco núcleos urbanos brotaram no Leste Alagoano, quatro no Agreste Alagoano e quatro no Sertão Alagoano, totalizando treze núcleos embrionários pré-existent.

Informações gerais apontam que a pecuária provavelmente foi o processo determinante da interiorização da gênese urbana em Alagoas, principalmente do alto sertão. A instalação de fazendas de gado favoreceu o desenvolvimento dos núcleos de povoamento pioneiros, a exemplo de Água Branca, Piranhas e Mata Grande.

Estes três núcleos citados brotaram no decorrer do século XVIII, a partir de fazendas de gado, que foram instaladas por famílias precursoras, que pioneiramente desbravaram aquelas áreas.

No que se refere ao século XIX, apuramos que 23 sedes de municípios alagoanos surgiram no Leste Alagoano, dez no Sertão Alagoano e doze no Agreste Alagoano, totalizando 45 novas gêneses.

Apontamos que no decorrer dos séculos XVIII e XIX os processos determinantes continuam sendo o mesmo conjunto de processos atrelados principalmente à produção canavieira e à agropecuária, que se expandia no interior.

Um exemplo pode ser a gênese de Arapiraca, na mesorregião do Agreste Alagoano, o segundo município mais importante do estado na atualidade, pois surge em meados do século XIX, obtendo crescimento demográfico e econômico, em decorrência da produção fumageira, que havia se desenvolvido em áreas de seu atual território municipal e arredores.

No transcorrer do século XX, nove lugares surgem no Leste Alagoano, seis no Agreste Alagoano e dez no Sertão Alagoano, demonstrando que é a partir do século XIX e do XX, principalmente, que os núcleos embrionários do Sertão brotam, quase sempre relacionados aos processos determinantes ligados à agropecuária.

A sede do município de Delmiro Gouveia, localizado no Sertão Alagoano, é um exemplo de um núcleo embrionário que surge no início do século XX a partir de um povoado denominado Pedra, que se constituiu a partir de uma estação de trem da Estrada de Ferro Great Western e recebeu essa denominação por causa das grandes rochas existentes na área. Porém, o desbravador Delmiro Gouveia se estabeleceu naquelas plagas negociando com couros de bovinos e peles de caprinos, promovendo um desenvolvimento pautado numa proposta de agenda diferenciada para aquele espaço.

No geral, a partir desses apontamentos iniciais, sugerimos que a complexidade genética dos núcleos urbanos que são sedes de municípios em Alagoas, isto é, as cidades alagoanas, está correlacionada aos propósitos coloniais quando inicialmente a produção da cana-de-açúcar produz o espaço, definido como Leste Alagoano. Em tempo, outros setores de atividades impeliram o avanço para o interior, isto é, para o Agreste Alagoano e Sertão Alagoano, com destaque para a agropecuária.

Nesse processo, ao mesmo tempo que alguns núcleos urbanos surgiam, outros se emancipavam politicamente, tornando-se sedes de municípios com o status de vilas e/ou como cidades, conforme se verifica a seguir.

AS EMANCIPAÇÕES POLÍTICAS MUNICIPAIS EM ALAGOAS

Estabelecemos inicialmente que em Alagoas, ainda no período colonial, Penedo, Porto Calvo e Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul foram elevadas à

condição de vilas em 1636 e cidades em 1842, 1889, 1817, respectivamente. Com relação a Maceió e Santa Luzia do Norte, estas foram elevadas à condição de vilas em 1815 e em 1830, respectivamente, na transição do Brasil de Colônia para Império, tendo a primeira se tornado capital das Alagoas e cidade em 1839, e a segunda alcançado a condição de cidade em 1862.

Nesse ínterim, exaltamos que no Brasil colonial e imperial as vilas podiam também ser sedes de municípios. Foi a partir do Decreto-lei nº 311 de 02 de março de 1937 que se estabelece que a sede do município tem categoria de cidade e lhe dá o nome. Por isso, algumas sedes tiveram a condição de sede de município como vila e depois como cidade, diferente de hoje que vila é sede de distrito, conforme o IBGE (2010).

No Império, entre as décadas de 1820 e 1890, dezenove municípios se emanciparam em Alagoas, precisamente entre os anos de 1823 e 1889, tendo sido três no Sertão Alagoano, três no Agreste Alagoano e treze no Leste Alagoano.

Após a proclamação da República, ainda no século XIX, entre 1890 e 1895, emanciparam-se sete novos municípios, sendo que apenas Quebrângulo localizava-se no Agreste Alagoano e os demais todos no Leste Alagoano e nenhum no Sertão Alagoano.

No século XX, entre os anos de 1902 e 1921, emanciparam-se cinco novos municípios, correspondendo ao período da República Velha ou República das Oligarquias, sendo que, na década de 1930, não ocorreram emancipações em Alagoas.

Na década de 1940, já no governo de Getúlio Vargas, ocorreram cinco emancipações políticas municipais, tendo sido Capela, no Leste Alagoano e Major Isidoro, no Sertão Alagoano, em 1949; Colônia Leopoldina, no Leste Alagoano, em 1943; Junqueiro, também no Leste Alagoano, em 1947; e São Braz, no Agreste Alagoano, em 1946.

Na década de 1950, período democrático, vinte emancipações ocorreram, tendo sido seis no Leste Alagoano, quatro no Agreste Alagoano e dez no Sertão Alagoano, evidenciando o aumento de emancipações políticas no Sertão Alagoano a partir de 1950.

No que se refere à década de 1960, mais precisamente entre os anos de 1960 e 1963, 39 municípios se emanciparam em Alagoas, tendo ocorrido a maior parte dessas emancipações no Leste Alagoano e no Sertão Alagoano.

Destacamos que a partir de 1964 inicia-se o período militar que se estende até 1985; e é marcante a não emancipação política de municípios nesse período em Alagoas até o ano de 1981. Observamos que entre os anos de 1964 e 1981, não ocorreu nenhuma

emancipação política no estado de Alagoas, tendo sido um longo período que cruzou a década de 1970.

Mesmo assim, na década de 1980, ocorreram apenas quatro emancipações municipais, tendo sido Senador Rui Palmeira e Craíbas, respectivamente emancipadas em 1981 e 1982; Estrela de Alagoas, em 1989; e Teotônio Vilela, em 1988. Os primeiros municípios situam-se no Agreste Alagoano, o terceiro, no Sertão Alagoano e o quarto, no Leste Alagoano. Diante dessa realidade, comprova-se que, durante período militar, não tivemos emancipações políticas em Alagoas.

No percurso da história, a partir de 1988, de acordo com a nova Constituição Federal, as emancipações políticas municipais passam a ser de competência dos governos estaduais de cada estado brasileiro, que possui sua própria lei estadual que regulamenta a questão, tendo autonomia para definir critérios básicos para criar um novo município.

Um aspecto importante a destacar, novamente baseado em Ribeiro (2004), é que diante do processo de proliferação de municípios, a União tomou para si novamente essa atribuição em 1996, através da Emenda Constitucional número 15, modificando o artigo 18 da Constituição Federal.

Porém, na década de 1990, apenas três municípios se emanciparam em Alagoas, sendo Paripueira, Campestre, Jequiá da Praia, em 1990, 1994 e 1995, respectivamente, todos localizados no Leste Alagoano, contrariando os índices nacionais que apontam um grande número de novos municípios no Brasil.

Inclusive, confere-se que a última emancipação política municipal em Alagoas ocorreu em 1995 com Jequiá da Praia se emancipando e se formando com partes de territórios antes pertencentes aos municípios de São Miguel dos Campos e Coruripe.

Se o processo de emancipações em Alagoas não acompanhou o intenso processo de emancipações no Brasil nas últimas duas décadas do século XX e nos primeiros dezesseis anos do século XXI, novos projetos de emancipações políticas municipais estão em curso buscando a formação de novos municípios e alteração na ordem espacial vigente.

Verificamos, com base em Théry (2005), que o processo de emancipações políticas em Alagoas acompanha o ritmo nacional, porém, para os anos de 1990, Alagoas não acompanhou esse impulso. Conforme apontado por Théry (2005 p. 50-52):

Novos municípios têm sido criados ao longo de toda a história, mas em ritmo variável, e alguns episódios importantes se destacam [...] como se a cada período forte da vida política correspondesse uma onda de criação de municípios: foi o caso na

proclamação da Independência (1822), na proclamação da República (1889) e no restabelecimento da democracia após a queda do regime autoritário do Estado Novo (1945). Mas, se esse período de regime democrático foi rico em emancipação, não foi o caso do regime militar (1964-1985), quando poucos municípios foram criados [...]. Com a volta ao poder dos civis, o impulso de independência tomou novo vigor. Fortalecido pelas frustrações acumuladas e pela Constituição de 1988, que facilitou a emancipação de novas comunidades, a curva tomou, nos anos de 1990, uma forma exponencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a origem das sedes municipais alagoanas ocorreu principalmente ao longo do século XIX, quando das atuais 102 cidades, 45 surgiram nesse século; tendo sido 23 no Leste Alagoano, dez no Sertão Alagoano e doze no Agreste Alagoano. Conforme apresentado anteriormente, a produção canaveira e a agropecuária foram os principais determinantes para essas gêneses.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, treze núcleos urbanos surgiram, tendo sido doze deles no Leste Alagoano e apenas um, Pão de Açúcar, no Sertão Alagoano. Maceió é elencado nesse período em consequência de que alguns documentos propõem que em 1611 verificou-se o início de colonização na área da atual cidade.

Ao longo do século XVIII, treze lugares surgem, sendo quatro no Sertão Alagoano, quatro no Agreste Alagoano e seis no Leste Alagoano. Há de se considerar que apesar de Maceió ter sua gênese definida no século XVII quando da sua formação inicial, alguns autores destacam que o primeiro núcleo de colonização surgiu em 1708 com a instalação do Engenho Massayó.

No século XX, 25 novos núcleos surgem, sendo seis no Agreste Alagoano, dez no Sertão Alagoano e nove no Leste Alagoano. Outros seis municípios estão em processo de análise a fim de estabelecer uma data precisa sobre a gênese dos mesmos.

Com relação às emancipações políticas municipais, no período colonial, três lugares se emancipam no século XVII, como vilas. Ao longo do século XVIII não ocorreram emancipações políticas nas Alagoas. Ao longo do século XIX, dezenove emancipações políticas ocorreram ainda no Império e sete na última década do século, quando se emanciparam sete municípios. As demais emancipações políticas municipais ocorreram ao longo do século XX, tendo sido 39 na década de 1960, 4 na década de 1980 e 3

na década de 1990, tendo ocorrido a última emancipação no ano de 1995, isto é, há 23 anos.

A partir dessa realidade exposta, buscando apresentar a realidade desses municípios e dessas cidades, destacamos, amparados em Araújo, Gomes & Santos Filho (2013, p. 71 e 72), que:

A situação recente da economia alagoana e, portanto, dos 102 municípios que na contemporaneidade compõem o Estado, está diretamente relacionada à formação econômica do Brasil nos séculos XVI e XVII, através da empresa agrícola exportadora. [...] somos um Estado frágil a nível regional e nacional, fortemente dependentes de recursos federais e do setor público.

Na mesma perspectiva, baseados em Gomes (2001), avultamos que Alagoas tem uma economia definida como sem produção, com localidades que quase não produzem para a geração de riquezas.

Os municípios alagoanos com os maiores índices de Produto Interno Bruto (PIB) são: Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos, Coruripe, Rio Largo, União dos Palmares, Palmeira dos Índios, Penedo e Delmiro Gouveia, sendo sete localizados no Leste Alagoano, dois no Agreste Alagoano e um no Sertão Alagoano (CARVALHO, 2014).

Destacamos que desses municípios citados anteriormente, três deles, Maceió, Rio Largo e Marechal Deodoro, compõem a Região Metropolitana de Maceió. Dessa forma, o destaque na economia de Rio Largo e de Marechal Deodoro pode ser explicado por essa condição. Os dois municípios se favorecem com essa localização e se tornam municípios “amortecedores”, seja com relação à instalação de equipamentos públicos e privados, seja no que diz respeito ao polo cloro químico em Marechal Deodoro e ao aeroporto internacional em Rio Largo.

Com relação às pequenas cidades, estas são ex-distritos que se emanciparam, mas que nunca perderam a condição de região dependente da antiga sede municipal. Mesmo juntos, os dez municípios com o menor PIB nessa classificação, a saber, Pindoba, Mar Vermelho, Palestina, Olho d'Água Grande, Belém, Tanque d'Arca Coqueiro Seco, Minador do Negrão, Jundiá e Paulo Jacinto, possuem uma economia inferior à de alguns bairros da capital, a exemplo de Jacintinho. Destes municípios, sete estão localizados no Agreste Alagoano, dois no Leste Alagoano e um no Sertão Alagoano (CARVALHO, 2014).

Partindo da realidade dos municípios alagoanos, propomos uma reflexão baseados em Santos (2002, p.122), quando este autor assim faz referência a esse

tipo de pleito:

(...) não é suficiente cuidar exclusivamente de mudar os limites atuais. Impõe-se, igualmente, a preocupação com o conteúdo a atribuir às novas formas: desde a questão das competências legislativas e do poder de decisão até a disponibilidade real de recursos financeiros para dar resposta imediata a tudo que for considerado direito inadiável de todos os habitantes, enquanto cidadãos de um município. A redemocratização não estará completa enquanto a cidade não for dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Enciclopédia Municípios de Alagoas**, 2012.
- ANDRADE, Manoel Corrêa de. **A questão do território no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ARAÚJO, Anderson Henrique dos Santos, GOMES, Fábio Guedes & SANTOS FILHO, José Emílio dos. A composição financeira dos municípios alagoanos, com ênfase na lei de responsabilidade fiscal (1999/2010). **Revista Economia Política e Desenvolvimento**. Maceió, vol. 6. n. 17, p. 65-84, maio/ago. 2013.
- BEAUJEU-GARNIER. Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2ª Edição Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: 1997.
- BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3. Ed. Ver. Arapiraca: EDUAL, 2004.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular uma via de modernização para Alagoas**. 6. ed. rev. e ampl. – Maceió: Edufal, 2014.
- _____. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- _____. **Trajetórias geográficas**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.
- GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos**. IPEA, 2001.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2010.
- LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Es-**

- tudo da Evolução Urbana do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1968.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Fragmentação administrativa territorial: notas para construção de um debate sobre a criação de municípios. **CIDADES: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos** – Vol. 1, n.1, 2004 – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004- v. 7., n. 11; 23cm.,il.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana.** 2ª ed. – São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- _____. **O País distorcido:** O Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaios de Walter Porto Gonçalves. – São Paulo: Publifolha, 2002.
- _____. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI.** 12ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e município: observações sobre o poder local. In: Silva, José Borzacchiello da, Org.; Lima, Luiz Cruz, Org.; Elias Denise, Org. **Panorama da Geografia Brasileira I.** São Paulo: Annablume, 2006.
- THÉRY, Hervé. **Atlas do Brasil:** Disparidades e dinâmicas do território. Hervé Théry e Neli Aparecida de Mello. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. ■